



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CÂMARA TÉCNICA DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM RECURSOS HÍDRICOS –
CTFRH

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de Março de dois mil e dezoito, às catorze horas, no auditório da SEMA, Av. Borges de Medeiros, nº 261, 15º Andar, Centro Histórico, Porto Alegre, ocorreu a quadragésima primeira reunião ordinária da Câmara Técnica do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos. **Membros Presentes:** **Claudir Alves** – Presidente – Representante Comitê Passo Fundo; **Sergio Cardoso** – Representante Comitê Gravataí; **Mario Damé** – Representante Comitê Baixo Jacuí; **Sandro Hansen** – Representante Comitê Caí; **Eldo Costa** – Representante Comitê Santa Maria; **André Oliveira** – Representante Comitê Mirim São Gonçalo; **Patrícia Moreira** – Vice-Presidente – Representante SEMA; **Nelson Stuart** – Representante SOP; **Júlio Cesar Porciúncula** – Representante SEAPI; **Maj. QOEM Maurício Vieira Flores** – Representante SSP/PATRAM. **Convidados:** **Thais Pivatto** – Representante FEPAM. **Demais Presentes:** **Cel. Vitor Hugo Cordeiro** – Comando Ambiental/SSP; **Fernando Meirelles** – DRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA; **Gabriel Frota** – CRH/SEMA. O Presidente **Claudir Alves** deu início a reunião saudando a todos e entrou na ordem do dia. **Item 1. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Extraordinária da CTFRH:** Sendo dispensada a leitura da ata, o Presidente coloca a mesma em regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 2. Execução orçamentária financeira das Secretarias que acessam o FRH:** **Júlio Porciúncula**, representante da SEAPI, coloca que do montante destinado a SEAPI em 2017, somente foi conseguido empenhar na última semana de Dezembro de 2017, sendo necessária articulação com a CAGE e Auditor do Estado. Informa que a contrapartida mínima de 1% foi pactuada com a União. Lembrou ainda, que estão ocorrendo reuniões de remobilização com a Empresa Sultepa, para a retomada das obras da barragem do Jaguari, sendo necessário o pagamento por parte da SEAPI, de dívidas com a referida Empresa. Quanto à licença, coloca que acredita que deve ser liberada em breve e informou a existência de 12 milhões em caixa e a possibilidade de liberação de mais 16 milhões para sequência da obra. Já sobre Taquarembó, Júlio alega ser um pouco mais complicado. Mesmo estando tudo praticamente regularizado, coloca que será necessário um aporte de 3,2 milhões, pretendendo contratar até final de Maio de 2018. Finaliza colocando que as obras das duas barragens, Jaguari e Taquarembó, tem aproximadamente 80% de suas construções finalizadas. **Patrícia Cardoso**, representante da SEMA, informou que do Orçado e aprovado pelo CRH, 26 Milhões, foi empenhado cerca de 9.528 Milhões e, com o empenho por estimativa esse valor chega a 11.967 Milhões. Para 2018, coloca que já foram liberados 14 milhões para custeio, ainda não sendo liberado recursos para investimento. Expõe que a tendência é que os recursos sejam liberados conforme as demandas. Patrícia ainda cita que constatou-se uma redução do aporte de recursos, oriundos da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos (Geração de Energia), e expõe que, assim sendo, a peça orçamentária fica maior que a efetiva entrada de recursos. **Fernando Meirelles**, diretor do DRH da SEMA, aproveita para apresentar também dados sobre a cobertura pluviométrica no Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, o número de estações acompanhadas pela Sala de Situação é de 392. A previsão é chegar a 97% de cobertura, com a existência de 612 plataformas de coletas de dados, parte delas em aquisição com recursos do Banco Mundial - PROREDES. **Maj. QOEM Becker**, representante do Comando Ambiental da BM, coloca que foi feita uma SRO de 3,6 milhões e adquiridas 25 caminhonetes 4x4, 18 Drones e alguns fuzis. Informou ainda que, para completar a utilização dos recursos, houve a aquisição de material de informática. Para o ano de 2018, Maj. Becker coloca que ainda não houve liberação de recurso. Cita ainda que já foi elaborado o projeto de utilização dos recursos, por parte da SSP, para o ano de 2019. **Nelson Stuart**, representante da SOP, colocou que não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CÂMARA TÉCNICA DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM RECURSOS HÍDRICOS –
CTFRH

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

houve nenhuma alteração da utilização de recursos em relação ao apresentado na última reunião. Cita ainda que para 2018 ainda não houve liberação de recurso. Após alguns breves esclarecimentos, passou-se ao próximo item de pauta. **Item 3. Criação de GT para acompanhamento das Barragens:** Após breves debates, os membros da CT entendem que não há a necessidade de montar Grupo de Trabalho neste momento, pois foi criado um GT dentro da Câmara Técnica de Águas Superficiais, e há o entendimento de que pode haver duplicidade de funções, por parte deste GT. Ficou acordado, como deliberação, fazer uma visita técnica e reunião no local das obras das barragens, a fim de entender as dimensões da obra e os empecilhos à sua finalização. Se necessário será montado o GT posteriormente. **Item 4. Projeto de Regularização dos Poços no Rio Grande do Sul:** **Fernando Meirelles** coloca que foi elaborado o projeto e encaminhado à Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, onde esta proposta foi habilitada, porém, ficou acordado que o projeto deve ser ainda lapidado. Após a habilitação da CTAS, se encaminhou o projeto a esta Câmara Técnica no sentido de remanejar recursos destinados à SEMA para uma nova rubrica, destinada a este projeto. Coloca que a SEMA entende que os pequenos produtores rurais, por exemplo, devem ganhar um subsídio para realizar esta regularização, tendo em vista o alto valor que deve ser alocado para isso. Nesse sentido, foi calculado o valor médio para realizar esta regularização e se propôs que se estabelecessem lotes de 60 poços. A lógica seria solicitar o cadastramento no SIOUT, a adesão ao programa e nessa adesão seria pago um valor referencial para regularização do poço. A SEMA realizaria um pregão eletrônico para contratação de técnicos para realizar a regularização. Cada geólogo/engenheiro de minas/engenheiro geólogo contratado receberia um lote de 60 poços para dar uma solução definitiva, ou pode ser regularizado ou deve ser tamponado. **Cel. Vitor Hugo Cordeiro**, representante da SSP, coloca que, no caso de necessidade de tamponamento de poços, se não houver outra fonte de abastecimento, qual será a solução adotada? **Eldo Costa** coloca que, no entendimento do Comitê Santa Maria, o questionamento do Cel. Vitor Hugo é pertinente. Expõe ainda que, no entendimento do Comitê, o termo de referência apresentado é ideal para a área urbana, onde já se tem uma legislação bem definida. Porém, deixa a desejar para algumas zonas rurais, sendo necessário aprimoramentos. **Fernando Meirelles** coloca que o projeto é por adesão e, no caso de ser fonte única de abastecimento, o geólogo terá de realizar a desinfecção ou outro procedimento necessário ou, ainda, buscar outra fonte de água. Não havendo outra alternativa, o poço será mantido em funcionamento. Esclarece ainda que as questões de potabilidade não são atribuições do DRH. Após breves esclarecimentos, **Fernando Meirelles** coloca que a proposta é fazer remanejamento de recursos da SEMA para uma nova rubrica, destinada a este projeto. **Eldo Costa** propõe que o proposta seja realizada em duas frentes, para a zona urbana e para a zona rural. Reafirma que, no entendimento do Comitê Santa Maria, o TR para a zona urbana está pertinente, porém, para as áreas rurais, necessita de melhorias. **Patrícia Cardoso** esclarece que o tema veio para discussão na CTFRH no sentido de habilitar o escopo do projeto, focando no objeto. Quanto a metodologia para a implantação do projeto, esta deverá ainda ser amplamente discutida na CTAS e no CRH, visando todos os aprimoramentos necessários. Neste sentido, coloca que o questionamento é se a CTFRH entende que o projeto tenha méritos para ser habilitado acesso a recursos do FRH. Após breves debates, o Presidente **Claudir Alves** coloca a proposta em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.** **Patrícia Cardoso** reafirma que deve-se reestruturar o termo de referência em consonância com as recomendações realizadas pela CTFRH articulada com a CTAS. **Assuntos Gerais:** Não houve inscrições em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CÂMARA TÉCNICA DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM RECURSOS HÍDRICOS –
CTFRH

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

assuntos gerais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada.